

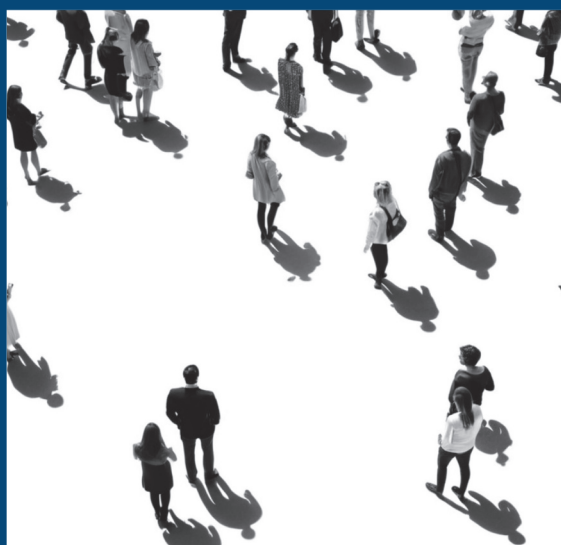
RICARDO BORGES DOS SANTOS

COOPERATIVAS

**Porque são tão poucas
quando funcionam tão bem?**

Dados em vez de dogmas:

**o livro que quantifica o potencial valor
das cooperativas para a sociedade
e sugere formas de como fazê-las
crescer em número e valor.**



«A alienação, depois de convenientemente arranjada na sua toilette, mergulha com as suas raízes na falta de pátria do ser humano dos tempos modernos.»

Martin Heidegger

AGRADECIMENTOS

SOU profundamente grato pelo apoio e orientação incondicional do Professor Joaquim Ramalho. Agradeço profundamente ao Professor Arlindo Donário por todo o conhecimento partilhado ao longo dos anos. Agradeço, também, à Professora Mónica Meireles pelas suas ideias e apoio singulares. Agradeço o apoio da UAL.

Por fim, dedico este livro à minha família, especialmente à minha esposa e aos meus filhos, pois sem eles nada disto seria possível nem faria sentido.

Cooperativas

**Porque são tão poucas
quando funcionam tão bem?**

RICARDO BORGES DOS SANTOS



EDIÇÕES SÍLABO



AUTÓNOMA
edições

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

A Cooperativa de Ensino Universitário, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, promove a produção científica em vários segmentos culturais, valorizando a relação entre a comunidade académica e a sociedade. Desta forma, apoia a edição desta publicação para a divulgação do conhecimento.

FICHA TÉCNICA:

Título: Cooperativas – Porque são tão poucas quando funcionam tão bem?

Autor: Ricardo Borges dos Santos

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, novembro de 2025.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 555461/25

ISBN: 978-989-561-447-9



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Nota prévia.....	9
Prefácio.....	11
JOAQUIM DOS SANTOS RAMALHO	
Prefácio.....	15
ARLINDO ALEGRE DONÁRIO	
Introdução.....	29
Capítulo 1	
A economia social portuguesa	
e o setor cooperativo	37
O setor da economia social.....	39
O setor cooperativo.....	40
Capítulo 2	
Cooperativas e o bem-estar	43
Literatura relacionada.....	46
Cooperativas e empresas capitalísticas portuguesas.....	49
Hipóteses de investigação e o modelo.....	53
Conjunto de dados.....	59
Evidência descritiva.....	60
Resultados.....	64

Capítulo 3

Cooperativas e rendimento 67

O problema do horizonte.....	71
Políticas salariais nas cooperativas	74
Salários na literatura do trabalho.....	76
Problema de investigação, pressupostos e hipóteses principais	77
Conjunto de dados e evidência descritiva	82
O efeito global das cooperativas sobre os salários.....	87
Efeitos específicos das cooperativas nos salários.....	92
Efeitos das cooperativas sobre os salários no setor das empresas sociais	97

Capítulo 4

Cooperativas e seus membros 101

Teoria do ciclo de vida das cooperativas, degenerescência e o problema do horizonte	105
Degenerescência na literatura	106
Hipóteses	108
Conjunto de dados.....	111
Definição das variáveis.....	112
Evidência descritiva.....	115
Resultados empíricos.....	120

Capítulo 5

Cooperativas e o seu financiamento 127

O contexto financeiro das cooperativas.....	131
Teorias da estrutura de capital.....	133
Determinantes clássicos da dívida.....	135

Problema de investigação, pressupostos e hipóteses principais	136
Conjunto de dados e variáveis	140
Evidência descritiva	143
Metodologia e resultados empíricos	145
Principais resultados	146
Robustez para modelos binários	151
Robustez para modelos fracionários	154

Capítulo 6

Conclusões	159
-------------------------	-----

Referências	167
-------------------	-----

Nota prévia

Este livro nasceu do nosso esforço académico para tentar explicar por que razão as cooperativas são raras em Portugal. Mas a raridade das cooperativas é um fenómeno mundial. Isto é intrigante, dado que as cooperativas apresentam um desempenho económico notável em todo o mundo e têm características excelentes que equilibram as relações sociais, aumentando assim o bem-estar. A tentativa de explicar a raridade das cooperativas é uma tarefa complexa, porque a resposta pode estar num domínio subjetivo e não num domínio objetivo. Por esta razão, seguimos uma metodologia quantitativa para objetivar as principais características que estão a criar ou não a raridade das cooperativas. Esta estratégia popperiana permitiu-nos abrir caminho para compreender melhor por que razão as cooperativas são tão poucas, identificando o que pode ou não ser um obstáculo à existência socioeconómica das cooperativas. O principal objetivo deste livro é que tanto os académicos como os leitores comuns possam compreender algumas das razões por detrás da escassez das cooperativas. Propomos algumas alterações cirúrgicas à lei que podem permitir às cooperativas prosperar e, assim, apresentar soluções alternativas eficientes e democráticas para os problemas que a sociedade enfrenta atualmente, nomeadamente onde os mercados falham e são da maior importância para as pessoas.

Prefácio

Joaquim dos Santos Ramalho

Na altura em que o Ricardo decidiu candidatar-se ao programa de doutoramento em Economia no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, a direção desse curso era exercida por mim. O programa de doutoramento em Economia do Iscte, à semelhança do que acontece atualmente na maioria das universidades, é constituído por duas partes. No primeiro ano, os alunos frequentam uma série de unidades curriculares, as quais são comuns a todos eles. Nos três anos seguintes, os alunos desenvolvem uma tese sobre um tema do seu interesse, sob a supervisão de um professor especialista no tema escolhido.

A maioria dos alunos, no momento da candidatura ao programa de doutoramento, geralmente tem apenas uma ideia vaga sobre o tema a estudar na tese e ainda menos certezas sobre quem deseja que seja o orientador do seu trabalho. É ao longo do primeiro ano, com a frequência das aulas das diversas unidades curriculares e o contacto com os professores do curso, que cada aluno se vai apercebendo do tema concreto que quer estudar e de qual professor deseja que o apoie no seu trabalho. É esta sequência de acontecimentos que ocorre habitualmente com a esmagadora maioria dos alunos. Não é o que se passou com o Ricardo.

Ainda o período de candidaturas para o programa de doutoramento em Economia no ano letivo seguinte não se tinha iniciado e já tinha chegado à minha caixa de correio eletrónico um *e-mail* do Ricardo pedindo a marcação de uma reunião para, julgava eu, obter informações mais pormenorizadas sobre o programa do que as que estavam disponíveis no portal do Iscte. Reunimos na semana seguinte e, para minha surpresa, o Ricardo não só já estava a par de todos os detalhes do funcionamento do programa como inclusivamente já tinha a certeza

de qual o tema a estudar na tese e os tópicos específicos a investigar. Mais ainda, até já tinha escolhido o professor que desejava que o orientasse na elaboração da tese!

Com total clareza de ideias, o Ricardo explicou-me detalhadamente o que pretendia fazer. Segundo ele, as cooperativas são uma das formas mais eficientes de organização da atividade económica que existem; no entanto, o seu peso na Economia é relativamente reduzido. Era este paradoxo que ele pretendia estudar na sua tese: se existem diversos estudos sugerindo que são organizações tão eficientes quanto, por exemplo, as empresas capitalistas, porque existem, em termos relativos, tão poucas cooperativas no mundo? Será porque não são atrativas do ponto de vista salarial para os indivíduos que as gerem ou nelas trabalham? Será porque a partir do momento que as cooperativas obtêm sucesso o seu comportamento degenera para o de uma empresa capitalista? Será porque têm dificuldade em obter financiamento externo?

Foi desta forma que, em poucos minutos, o Ricardo mostrou a sua paixão pelo estudo do setor cooperativo e os sólidos conhecimentos que já detinha sobre o mesmo e, pasme-se, enunciou os tópicos que viriam efetivamente a ser por si investigados nos anos seguintes e que são o foco deste livro. Embora impressionado pelo entusiasmo e ideias claras do Ricardo sobre o setor cooperativo, senti que era meu dever como diretor do programa de doutoramento dizer-lhe que ainda era muito cedo para decidir o que fazer na tese: ainda nem sequer tinha sido admitido no programa de doutoramento! Além disso, ao longo do primeiro ano de doutoramento poderia eventualmente interessar-se por um outro tema que fosse tratado nalguma unidade curricular.

O Ricardo, educadamente, agradeceu o conselho, mas rapidamente voltou à agenda que tinha estabelecido para esta reunião. Pois é, o Ricardo já tinha não só definido o tema e a estrutura da tese que iria iniciar apenas quase dois anos depois, como também já tinha escolhido o orientador: queria que fosse eu próprio a desempenhar esse papel. Aqui, confesso que achei um absurdo o convite que o Ricardo me estava a fazer, uma vez que os meus conhecimentos sobre o setor cooperativo eram praticamente nulos. O Ricardo justificou o convite dizendo que necessitava de alguém que o apoiasse na utilização das técnicas quantitativas que previsivelmente teria de usar nos estudos que pretendia fazer e que sabia que eu era especialista na aplicação de

métodos quantitativos à área de Economia. Eu agradei o convite, mas não o aceitei por o achar prematuro. Disse-lhe que era preferível que ele primeiro conhecesse os outros professores do departamento e que no final do primeiro ano do curso escolhesse então o orientador que achasse mais adequado. Confesso que nunca esperei que quase dois anos depois o Ricardo insistisse no convite, o qual aceitei ainda de forma relutante por continuar a achar não ser o docente indicado para o tema da tese.

Felizmente correu tudo muito bem, por inteiro mérito do Ricardo. O meu papel limitou-se a prestar apoio no uso de algumas técnicas quantitativas e a refrear o enorme entusiasmo que o Ricardo sente pela atividade cooperativa, o que o levava por vezes a querer estudar de forma exaustiva, mas não compatível com a duração do programa de doutoramento, os vários tópicos da sua tese. O Ricardo mostrou claramente ser um dos maiores especialistas Portugueses no estudo do setor cooperativo na perspetiva económica. Desenvolveu um excelente trabalho, a vários níveis, produzindo uma tese de elevada qualidade, a qual dá agora origem a este livro que vem colmatar uma lacuna no meio académico e que é útil também para todos aqueles que exercem a sua atividade no setor cooperativo.

Prefácio

Arlindo Alegre Donário

Nesta obra, Ricardo Borges dos Santos evidencia que as cooperativas não são apenas organizações económicas: são espaços onde a dignidade humana, a liberdade, a democracia e a consequente igualdade entre os membros cooperadores e a justiça social se tornam realidade. Aqui, números e teorias encontram a vida concreta das pessoas, e o estudo revela que o verdadeiro desenvolvimento não se mede em lucros, mas na capacidade de cada ser humano viver plenamente em todos as dimensões da vida humana.

Desde os tempos da Grécia Antiga, pensadores como Aristóteles refletiram sobre o propósito fundamental da vida humana. Na sua obra *Política*, Aristóteles defende que a cidade (a *polis*) – ou seja, a sociedade – existe não apenas para garantir a vida, mas para possibilitar uma vida boa, plena e virtuosa – o que ele chama de *eudaimonia*, o verdadeiro objetivo de todo ser humano. Complementarmente, na sua *Ética a Nicómaco*, Aristóteles aprofunda a noção de que a felicidade autêntica se alcança através da realização do potencial humano numa comunidade que promova o bem comum.

No contexto da filosofia prática e do pensamento económico contemporâneo, a teoria das *capabilities*¹ proposta por Amartya Sen surge como uma reformulação crítica dos paradigmas tradicionais de desenvolvimento.² Inspirado na ética aristotélica, em particular na noção de *eudaimonia* – a ideia de que a vida boa assenta na realização plena do potencial humano –, Sen propõe uma abordagem que ultrapassa a visão redutora do progresso, baseada exclusivamente em métricas

⁽¹⁾ Sen, Amartya (1985). *Commodities and Capabilities* – North-Holland.

⁽²⁾ Sen, Amartya (2009). *The Idea of Justice*. – Allen Lane.

cardinais, Para o autor, indicadores como o rendimento *per capita* ou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), embora relevantes, são insuficientes para captar a complexidade do bem-estar humano, uma vez que negligenciam dimensões essenciais como a liberdade, a equidade e a capacidade de agência individual a qual se traduz no poder que os indivíduos têm para tomar decisões autónomas, definir os seus próprios objetivos e agir de forma a influenciar o rumo das suas vidas e das comunidades em que estão inseridos.

A inovação central da sua teoria reside no conceito de *capacidades reais*, definidas como as oportunidades concretas de que os indivíduos dispõem para escolher modos de vida que valorizam. Enquanto os *functionings* (realizações) se referem às condições efetivamente alcançadas – como ter saúde, educação ou participar na vida política –, as *capabilities* representam o leque de possibilidades disponíveis para que as pessoas exerçam a sua autonomia. Isto implica que uma sociedade não se deve restringir a prover meramente bens essenciais, mas deve cultivar as condições que permitam a cada indivíduo exercer plenamente a sua liberdade, autonomia e dignidade, reconhecendo a complexidade e a integralidade da existência humana em todas as suas dimensões

Uma característica central da obra de Ricardo Borges dos Santos é a visão holística adotada, que se distingue de análises seletivas ou reducionistas que frequentemente distorcem a realidade enviesando as conclusões. O autor não se limita a examinar indicadores económicos isolados, nem reduz a sua avaliação a métricas financeiras ou quantitativas. A sua abordagem integra de forma articulada as dimensões económica, social, jurídica, ética, cultural e institucional, reconhecendo a complexidade e interdependência dos fatores que moldam o desempenho e a sustentabilidade das cooperativas.

Esta perspetiva abrangente permite compreender que o verdadeiro valor das cooperativas transcende a mera produção de rendimento: envolve a promoção da autonomia, da equidade, da participação democrática e do bem-estar integral dos membros e das comunidades. Ao adotar esta visão holística, o autor oferece um quadro interpretativo que evita a distorção típica das análises fragmentadas e destaca a importância das cooperativas como instrumentos de desenvolvimento humano integral e de justiça social.

Ao deslocar o foco do desenvolvimento para a expansão destas liberdades substantivas, Sen critica modelos que priorizam recursos materiais ou utilidade abstrata. Para ele, a privação não se limita à pobreza monetária, mas inclui a falta de acesso a direitos básicos, como saúde, educação e participação social. A sua análise da fome, por exemplo, demonstra que crises alimentares frequentemente decorrem não da escassez de comida, mas de desigualdades estruturais que impedem grupos vulneráveis de reivindicar os seus direitos.

A influência desta teoria é visível em iniciativas globais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo PNUD, que incorpora expectativa de vida, educação e rendimento. Além disso, a ênfase nas capacidades reforça a necessidade de políticas públicas que combatam discriminações de gênero, etnia ou classe, ampliando oportunidades para grupos marginalizados. Críticos, contudo, apontam desafios práticos, como a dificuldade de medir capacidades de forma universal ou o risco de relativismo ao definir quais liberdades são prioritárias. Apesar disso, a abordagem de Sen mantém-se como um marco na redefinição do desenvolvimento enquanto processo de emancipação humana, articulando ética, economia e justiça social.

A teoria das *capabilities* de Amartya Sen e os princípios cooperativos apresentam uma convergência significativa na valorização da autonomia, da equidade e do desenvolvimento humano integral. Ambos os quadros rejeitam visões redutoras de progresso (meramente económicas ou individualistas) e enfatizam a construção de estruturas sociais que ampliem liberdades substantivas e promovam justiça social. Eis as ligações mais relevantes:

- Equidade, combatendo discriminações e garantindo acesso universal a oportunidades;
- Autonomia individual e coletiva, através de estruturas que permitam controle democrático sobre recursos e decisões;
- Intercooperação e sustentabilidade comunitária, alinhadas com a ideia de que capacidades humanas dependem de redes solidárias;
- Educação como ferramenta para emancipação e participação crítica.

Assim, o modelo cooperativo opera como prática concreta da ética proposta por Sen, vinculando prosperidade material a justiça social, dignidade e liberdade.

Os princípios cooperativos operacionalizam a equidade e a agência individual através de mecanismos concretos que transformam valores teóricos em práticas sociais. Ao substituir a relação hierárquica, característica essencial do salariedade com expressão jurídica no contrato de trabalho, por democracia direta – conforme estabelece o 2.º Princípio cooperativo – e consequente igualdade entre os membros cooperadores, as cooperativas garantem que cada membro participe ativamente na tomada de decisões, eliminando assimetrias de poder e privilegiando o diálogo coletivo. Paralelamente, os princípios 3.º e 4.º asseguram que o capital seja um instrumento ao serviço das pessoas, não um fim em si mesmo: a gestão democrática dos recursos e a autonomia institucional impedem que interesses externos ou lógicas de acumulação subvertam os objetivos comunitários.

A educação, elevada a prioridade pelo 5.º princípio, funciona como uma alavanca de emancipação, capacitando os membros com ferramentas críticas e técnicas para exercerem plenamente a sua agência – seja na gestão da cooperativa, seja na defesa dos seus direitos. Por fim, o 7.º princípio – o compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades – vincula a liberdade individual à responsabilidade coletiva, reforçando que as escolhas autónomas dos membros devem sempre considerar o impacto no bem-estar comum.

Deste modo, o modelo cooperativo transcende a mera dimensão económica, assumindo-se como um projeto político-ético. Ao converter a capacidade teórica de agência em poder real – através de estruturas participativas, educação crítica e justiça distributiva –, as cooperativas materializam a visão de Amartya Sen, para quem o verdadeiro desenvolvimento se mede não por indicadores económicos abstratos, mas pela expansão das liberdades substantivas que permitem aos indivíduos viverem com dignidade e influência no mundo que os rodeia.

Nesta perspetiva, o desenvolvimento integral do ser humano depende da criação de condições sociais, económicas e políticas que potenciem essas capacidades. Sen enfatiza que a justiça social e o progresso não se medem apenas por recursos acumulados, mas pela liberdade efetiva

RICARDO BORGES DOS SANTOS é professor, diretor e investigador do Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS) na Universidade Autónoma de Lisboa. A sua área atual de investigação é no âmbito da Regulação Económica e Social, particularmente, na análise económica do direito. É Administrador da Fundação Edgard Milhaud (detentora da revista científica *Annals of Public and Cooperative Economics*). É membro do Conselho Científico do CIRIEC Internacional. As suas publicações mais recentes, em coautoria com Arlindo Donário, são as seguintes: *Economia, com Destaque para a Microeconomia* (2025); *Da Bíblia à Neuroeconomia – O Porquê do Estado do Pensamento Económico Actual* (2016); *Reflexões em Economia. Conceitos Fundamentais* (2014); *O Paradigma do Homo Economicus* (2013); *Custo Económico e Social dos Acidentes de Viação em Portugal* (2012); *Modelo IS-LM – Determinação do Rendimento, Taxa de Juros e Moeda* (2010); *Análise da Evolução da Procura do Ensino Superior Público e Privado, em Especial na Região de Lisboa* (2009).

As cooperativas são um dos fenómenos mais intrigantes da economia contemporânea.

Apesar de demonstrarem eficiência, elevada taxa de sobrevivência e práticas salariais mais justas, as cooperativas continuam a ser raras em Portugal e no mundo.

Com base em milhares de observações e na aplicação de modelos econométricos inovadores, esta obra oferece a primeira análise empírica abrangente sobre o setor cooperativo português.

O autor demonstra que as cooperativas conciliam eficiência económica com equidade social, e identifica os fatores que limitam a sua disseminação: deterioração organizacional, dificuldades de financiamento e insuficiência de conhecimento público.

Mais do que descrever o problema, este livro propõe soluções concretas – entre elas, a criação de cooperativas multissetoriais e reformas legais orientadas para a sua autonomia e sustentabilidade.

O resultado é um contributo científico sólido e interdisciplinar que articula Economia, Direito e Ética Social, projetando o cooperativismo como modelo alternativo de desenvolvimento humano e democrático.

Este livro destina-se a:

- **Académicos e investigadores das áreas de Economia, Gestão, Direito, Sociologia e Políticas Públicas.**
- **Decisores públicos e técnicos ligados à economia social, ao emprego e ao desenvolvimento local.**
- **Dirigentes e gestores de cooperativas, federações e confederações do setor social e solidário.**
- **Profissionais e empreendedores que procuram modelos empresariais alternativos e sustentáveis.**
- **Estudantes e formandos em economia social e desenvolvimento sustentável.**
- **Leitores interessados em justiça social, democracia económica e bem-estar coletivo.**

Um livro para quem acredita que a economia pode ser eficiente sem deixar de ser humana.

«Um contributo notável para o pensamento económico e jurídico e para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e solidária.»

Prof. Arlindo Alegre Donário
Jurista e professor universitário

«Este livro vem colmatar uma lacuna no meio académico e é útil também para todos aqueles que exercem a sua atividade no sector cooperativo.»

Prof. Joaquim Ramalho
In Prefácio

811

